

## *Apresentação*

Política e administração no mundo luso-brasileiro não são propriamente um tema pouco visitado pela historiografia, mas têm sofrido nos últimos anos uma grande renovação a partir de pesquisas, teses e estudos, quer por parte de historiadores iniciantes, quer daqueles já consagrados no seio da comunidade acadêmica, tanto no Brasil, quanto em Portugal. Publicações esmeradas e fundamentais, fruto de estudos monográficos ou de esforços bem sucedidos de produção coletiva demonstram a sua atualidade.

O que se procurou reunir aqui, neste dossiê, são trabalhos de diferentes historiadores, produto de minuciosas pesquisas em arquivos brasileiros e portugueses, que tratam do tema proposto de uma forma inovadora. Embora escrevendo sobre contextos distantes entre si no tempo e no espaço — como não poderia ser diferente, diante da longevidade e da vastidão deste *mundo* luso-brasileiro — os artigos que se seguem analisam a política e a administração inseridas na ótica do *Antigo Regime* e dos primórdios do liberalismo. Sua leitura nos remete a um universo marcado pelo *ethos* aristocrático e cavalheiresco, pelas dinâmicas da sociedade de corte, pela indefinição entre o público e o privado, pelas noções de honra e prestígio, pelas redes clientelares, de amizade e laços de clientelismo político, pela lógica de servir ao rei em troca de mercês no governo dos mais distantes rincões de seu *imperium*. Mas apontam também para as tensões, as insatisfações e as negociações no interior desta sociedade, para a emergência de uma nova *razão de Estado*, para as ambivalências e as contradições que viriam a gerar mudanças no pacto político — e no próprio pacto colonial — assim como nas formas de representação, administração e governo do(s) Império(s) luso e brasileiro.

O primeiro artigo, de Pedro Cardim, versa sobre a organização da Corte bragantina enquanto *locus* de produção das principais decisões governativas

nos anos que se seguiram a 1640. Ao demonstrar que a estabilização da nova dinastia era inseparável da definição da estrutura doméstica da família real, o autor nos introduz na dinâmica dos ofícios da Casa Real, regidos por uma lógica segundo a qual comunicar-se diretamente com o rei poderia materializar-se na capacidade de influenciar o seu arbítrio. Neste sentido, ressalta o peso da dimensão pessoal e familiar do governo do reino, num momento em que as fronteiras entre a esfera privada e as matérias públicas mostravam-se pouco nítidas. Chama a atenção para o *ethos* cavalheiresco, sedimentando a natureza do laço que unia o rei àqueles que lhe prestavam serviço, no qual eram predominantes as relações de confiança pessoal e os valores ligados à honra e à reputação. E nos conduz à progressiva tensão, ao longo do Antigo Regime, entre a tradicional cultura de serviço de raiz feudal e o modelo comissarial e político de servidor, originário de uma nova *razão de estado*.

Laura de Mello e Souza analisa uma carta escrita por D. João de Almeida, Conde de Assumar, a seu pai, D. Pedro de Almeida, Marquês de Alorna, enquanto este servia o cargo de Vice-Rei na Índia. Sua análise coloca para o historiador a importância dos acervos particulares das famílias nobres portuguesas e, no caso específico de que trata, chama a atenção para o seu valor na reconstituição do passado luso-brasileiro. Desvenda-nos o universo mental das elites que teceram e protagonizaram a administração do Império português, revelando, assim como Pedro Cardim, a dimensão humana, privada, íntima entre governo familiar e monárquico. A narrativa da carta deixa entrever os vínculos e as tensões que opunham nobres e rei, na medida em que o cargo desempenhado no ultramar engrandecia, trazendo às casas aristocráticas acréscimo de rendimentos, podendo, contraditoriamente, solapar a estabilidade econômica do grupo doméstico. A análise deste “documento extraordinário”, como a própria autora o qualifica, dá-nos a conhecer uma miríade de detalhes cotidianos da nobreza no Setecentos, a lógica da vida cortesã, as várias engrenagens do governo do ultramar, lançando novas luzes ao *ethos* aristocrático submetido ao serviço do rei nas diferentes paragens do seu *imperium*.

O artigo de Caio Boschi discute a lógica da administração pombalina no Brasil, tomando como referência específica o governo e os governadores então nomeados para Minas Gerais, analisando seus regimentos e as instruções que lhes foram remetidas. Mais uma vez nos deparamos, no âmbito deste dossiê, com uma análise cuidadosamente tecida da ideologia de prestação de serviços, descortinando as relações de camaradagem e amizade que se es-

tabeleciavam e se reforçavam entre governadores de diferentes capitanias e entre estes, os vice-reis e a Coroa. A análise arguta que o autor faz da correspondência que aqueles indivíduos mantiveram entre si demonstra que a escolha de administradores para as Minas não discrepou do comportamento usual vigente no Antigo Regime, não contradizendo as chamadas redes clientelares. No entanto, as *razões da política* do período pombalino e a especificidade daquela região levariam a que a metrópole concebesse uma proposta político-administrativa com profundas conotações militaristas. Tal estratégia é detidamente analisada pelo autor que, através de um estudo prosopográfico dos governadores nomeados na segunda metade do século XVIII, demonstra que sua escolha contradizia, em parte, os critérios típicos, baseados na nobreza titulada, em prol da experiência na carreira das armas.

Maria de Fátima S. Gouvêa descortina, em seu artigo, a reconfiguração das noções de pacto e de representação política através do estudo do Senado da Câmara do Rio de Janeiro num momento muito particular, o da permanência da família Real portuguesa no Brasil, entre 1808 e 1821. Discute a crescente soma de poder e de autoridade associada à instituição camarária que, no entanto, passa a conviver com novas instâncias de governo, igualmente transmigradas do Reino ou recém-criadas na cidade que, desde então, assumirá a condição de Corte e de capital do Império luso-brasileiro. Analisa esta convivência tensa e ambivalente e os conflitos de jurisdição entre as várias instâncias administrativas, nomeadamente no campo da organização das cerimônias festivas, das listas e das pautas eleitorais dos homens habilitados ao exercício dos cargos de governança, e da gestão do abastecimento da cidade. Retoma as questões tratadas pelos demais autores que compõem este dossiê, ao analisar a competitividade e as disputas geradas no interior das hierarquias de poder e de prestígio, marcadas pela presença e pela proximidade do rei, cenário no qual os *homens bons* do Rio de Janeiro poderiam dar melhores provas de sua lealdade e vassalagem.

O artigo de Marcus J. M. de Carvalho analisa a complexa trama que ligava as localidades ao centro do poder e da política imperial durante o reinado de D. Pedro I, ao focalizar as tensões afloradas durante as eleições de 1828-30 em Pernambuco. Demonstra que as relações entre centro e periferia, entre a Corte imperial e os núcleos de poder local nas freguesias, nos termos e nas províncias não eram uma via de mão única, mas uma grande malha social e política, cujas teias, filamentos e capilares esgarçavam-se, encorpavam-se,

## *Apresentação*

alimentando-se mutuamente. E fornece ao leitor uma análise primorosa do complexo arcabouço político em construção no primeiro reinado, período de rearranjos intra-elites e de mudanças institucionais que levaram a justaposições de poderes e a conflitos de jurisdições entre corpos de ordenanças e milícias, capitães-mores, comandantes das armas, presidentes de província e juízes de paz, cujas atribuições legais se entrecruzavam na disputa da primazia na defesa da ordem. Ordem difícil de ser alcançada numa província convulsionada por rebeliões escravas, insatisfações populares, redes de clientelismo e ideais de *liberdade*, de *república* e de *revolução*.

Os textos contidos neste dossiê percorrem, cada um à sua maneira e de forma interligada, as complexas redes da política, da administração e do governo no mundo luso-brasileiro, tecendo uma trajetória tanto espacial, quanto temporal. E propõem, sem dúvida, um desafio instigante ao leitor interessado, assim como oferecem uma inestimável contribuição à revisão historiográfica de temas, conceitos, teorias e métodos próprios do nosso ofício.

*Maria Fernanda B. Bicalho*